



AGENDA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE - 2021/junho/25 - (sexta-feira)

10H00 HORAS

ORDEM DO DIA

1 - [Proposta de Lei n.º 89/XIV/2.ª \(GOV\)](#)

Transpõe a Diretiva (UE) n.º 2019/1153, relativa à utilização de informações financeiras e de outro tipo para efeitos de prevenção, deteção, investigação ou repressão de infrações penais

[Proposta de Lei n.º 90/XIV/2.ª \(GOV\)](#)

Altera o Código Penal, o Código de Processo Penal e leis conexas, implementando medidas previstas na Estratégia Nacional Anticorrupção

[Proposta de Lei n.º 91/XIV/2.ª \(GOV\)](#)

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União

[Proposta de Lei n.º 98/XIV/2.ª \(GOV\)](#)

Transpõe a Diretiva (UE) 2019/713, relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário

[Projeto de Lei n.º 411/XIV/1.ª \(CH\)](#)

Altera a Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho que “Aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos”, alterando o artigo 10º, consagrando respetivamente o período de nojo entre o exercício de cargos governamentais e instituições públicas e privadas e a incompatibilidade vitalícia de titulares de cargos políticos e altos cargos públicos poderem exercer quaisquer cargos ou funções em empresas com as quais tenham negociado pelo Estado, enquanto titulares da pasta da tutela que representavam

[Projeto de Lei n.º 564/XIV/2.ª \(CH\)](#)

Agravamento das molduras penais mínimas e máximas previstas, face aos crimes de corrupção passiva e ativa

[Projeto de Lei n.º 671/XIV/2.ª \(CH\)](#)

Cria um art.º 150-A ao Decreto-Lei nº 48/95, de 15 de março (Código Penal, na sua última versão, com a alteração da Lei nº 58/2020 de 31 de agosto)

[Projeto de Lei n.º 749/XIV/2.ª \(PEV\)](#)

Procede à revogação das Autorizações de Residência para Atividade de Investimento (vistos gold)



[Projeto de Lei n.º 798/XIV/2.ª \(PCP\)](#)

Criminalização do enriquecimento injustificado (52.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e 7.ª alteração à Lei n.º 34/87, de 16 de julho)

[Projeto de Lei n.º 799/XIV/2.ª \(PCP\)](#)

Proíbe o Estado de recorrer à arbitragem como forma de resolução de litígios em matéria administrativa e fiscal

[Projeto de Lei n.º 805/XIV/2.ª \(BE\)](#)

Cria o crime de enriquecimento injustificado e ocultação de riqueza (2.ª alteração ao regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos)

[Projeto de Lei n.º 816/XIV/2.ª \(PS\)](#)

Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, procedendo ao alargamento das obrigações declarativas e à densificação do crime de ocultação de enriquecimento

[Projeto de Lei n.º 843/XIV/2.ª \(PAN\)](#)

Alarga as obrigações declarativas dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos e cria o crime de ocultação intencional de enriquecimento, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho

[Projeto de Lei n.º 860/XIV/2.ª \(PEV\)](#)

Procede à segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, com vista a prevenir e combater o enriquecimento injustificado e a ocultação de riqueza

[Projeto de Lei n.º 866/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#)

Criação do Regime de Proteção do Denunciante

[Projeto de Lei n.º 867/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#)

Cria o crime de sonegação de proventos e revê as penas aplicáveis em sede de crimes de responsabilidade praticados por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos

[Projeto de Lei n.º 868/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#)

Criação do Estatuto do Arrependido

[Projeto de Lei n.º 869/XIV/2.ª \(CDS-PP\)](#)

Procede à vigésima alteração à Lei n.º 21/85, de 30 de julho, que Aprova o Estatuto dos Magistrados Judiciais, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias

**Projeto de Lei n.º 870/XIV/2.ª (CDS-PP)**

Procede à segunda alteração da Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto, que Aprova o Estatuto do Ministério Público, criando o crime de sonegação de rendimentos e enriquecimento ilícito e alterando as condições de exercício de funções não estatutárias

Projeto de Lei n.º 874/XIV/2.ª (IL)

Reforça o dever de transparência que impende sobre Titulares de Cargos Políticos e de Altos Cargos Públicos (2.ª alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho)

Projeto de Lei n.º 875/XIV/2.ª (PSD)

Aprova medidas de combate à corrupção e à criminalidade económico-financeira, procedendo à alteração do Código Penal e de legislação conexas

Projeto de Lei n.º 876/XIV/2.ª (PSD)

Trigésima oitava alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro

Projeto de Lei n.º 877/XIV/2.ª (PSD)

Segunda alteração à Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, ampliando obrigações declarativas e prevendo a comunicação obrigatória ao Ministério Público da falta de indicação dos factos que originaram aumentos patrimoniais

Projeto de Lei n.º 879/XIV/2.ª (PAN)

Aprova o Estatuto de Proteção do Denunciante

Projeto de Resolução n.º 86/XIV/1.ª (PEV)

Envolvimento do Governo na procura de soluções com vista ao fim dos paraísos fiscais

Tempos	cada
GOV* **	28 m
PS*	28 m
PSD*	25 m
BE*	12 m
PCP*	9 m
CDS-PP*	8 m
PAN*	6 m
PEV*	5 m
CH*	1 m
IL*	1 m
Total	123 m

Notas:

* Os autores dos projetos e das propostas de lei dispõem de mais 1 minuto cada [(artigo 145.º, n.º 2, alínea d)].

** O autor do agendamento dispõe de um período adicional de 2 minutos para o encerramento [(artigo 145.º, n.º 2, alínea e)].



2 - Votações regimentais